

OS IMPACTOS DA COVID-19 NO ENSINO SUPERIOR: UMA PERSPECTIVA ATRAVÉS DAS MONITORIAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

FABIANA CÂNDIDO ZANDOMENICO¹; BRUNA SPIER²; GIOVANNA FOLHA DE MELO³; STELLA GINAR DA SILVA⁴; MARILIS LEMOS DE ALMEIDA⁵

¹Universidade Federal de Pelotas – fabizandomenico@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – brunaspier86@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – giovannafolha7@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – stellaginar@gmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas – marilis_almeida@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo apresentará o projeto de monitoria realizado nas disciplinas de Antropologia Jurídica e Sociologia Jurídica no ano letivo de 2020, desenvolvido em meio à pandemia do SARS-Cov 2, período em que o curso de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) estabeleceu um modelo de ensino remoto. Busca-se evidenciar os impactos da pandemia no ensino remoto como alternativa emergencial, as situações desiguais entre os estudantes, a problemática da evasão e os limites apresentados na relação entre professores e alunos, além dos benefícios que o projeto de monitoria proporcionou.

A democratização do acesso ao ensino superior, os riscos colocados à permanência na Universidade no contexto pandêmico e suas medidas emergenciais e os desafios para docentes e discentes são as questões que orientaram e fundamentaram este estudo. Além disso, serão apresentadas, nos resultados e discussão, as dinâmicas de aprendizagem que foram utilizadas nas disciplinas, a participação dos alunos neste contexto excepcional e por fim, uma reflexão sobre as experiências de monitoria.

2. METODOLOGIA

Foi utilizado o método de pesquisa empírica e documental com a finalidade de compartilhar percepções e experiências adquiridas com a monitoria das disciplinas de Antropologia Jurídica e Sociologia Jurídica na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas. Essa pesquisa foi desenvolvida durante o período pandêmico, correspondendo ao ensino remoto implementado pela UFPEL em 2020/1 e 2020/2. Os dados primários são oriundos de relatórios e tabelas que foram produzidas pelas monitoras ao longo do ano letivo, e como fonte para a pesquisa documental analisou-se Portarias do Ministério da Educação. Também foi realizada uma revisão bibliográfica de artigos científicos que versavam sobre os assuntos que serão discutidos neste trabalho.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As disciplinas de Antropologia Jurídica e Sociologia Jurídica, ofertadas durante o primeiro ano do curso de Direito da UFPEL, foram desenvolvidas a partir da metodologia de sala de aula invertida e do processo de construção de uma aprendizagem colaborativa. A metodologia ativa de aprendizagem exigia a leitura e apresentação dos textos previamente aos encontros síncronos. Tal dinâmica

objetivava retirar os estudantes da condição de ouvintes passivos e levá-los a refletir sobre os temas propostos, além de estimular a escrita e o trabalho coletivo.

As atividades síncronas ocorriam semanalmente, com duração de 50 a 60 minutos, através da plataforma WebConf e eram dedicadas à retomada das questões discutidas pelos estudantes nos fóruns da semana anterior, resolução de dúvidas e orientações sobre as leituras da semana seguinte. Paralelamente, as atividades assíncronas, realizadas de forma autônoma, individual ou em grupos, compreendiam o estudo de textos, vídeos e áudios, a participação semanal nos fóruns e a elaboração de sínteses.

Cada disciplina era composta por duas turmas, totalizando quatro turmas atendidas pelas monitoras, sendo que cada monitora era responsável por uma turma. O projeto de monitoria visava a melhoria da qualidade dos processos de ensino-aprendizagem, o combate à reprovação e evasão, assim como o desenvolvimento de abordagens didático-pedagógicas capazes de impactar positivamente o desempenho acadêmico, promovendo um modelo de ensino mais participativo. Durante o ano letivo, as monitoras desempenharam uma série de atividades, tais como: contato com os estudantes para resolver eventuais dúvidas e acompanhar aqueles com risco de evasão; busca de conteúdos complementares que provocassem o interesse dos discentes pelos temas abordados em aula; plantões semanais de dúvidas; reuniões com as demais monitoras e a professora responsável pelas disciplinas para identificar dificuldades que os estudantes poderiam estar enfrentando; sugestões para alteração no layout da disciplina para facilitar seu acesso; participação nos fóruns; e a realização de resumos quinzenais sobre os assuntos mencionados pelos estudantes nas atividades assíncronas.

Quanto à dinâmica da disciplina, cada Unidade ou Seção possuía um fórum a ela associado, referente ao conteúdo da semana. Os fóruns foram utilizados como um espaço de debate, onde os estudantes eram convidados a interagir, ajudando os colegas, respondendo dúvidas ou complementando ideias. Cada fórum possuía um grupo responsável, que deveria criar discussões, impulsionar o debate e fazer uma síntese sobre o tema estudado. A síntese consistia num escrito que abordava o texto indicado para a leitura e as discussões promovidas no fórum, precedido de uma pesquisa em materiais complementares.

Para a avaliação dos grupos, foram utilizados três indicadores: a participação boa, média ou ruim. A participação foi avaliada através do engajamento dos estudantes nas atividades assíncronas. Para uma boa participação as/os estudantes deveriam contribuir de forma significativa para a discussão, além de cooperar com os colegas, argumentando, comentando, ilustrando e exemplificando, lançando novos questionamentos e informações, instigando a discussão e demonstrando conhecimento sobre o tema proposto. A partir desses três indicadores foram elaboradas tabelas semestrais pelas monitoras, contendo o número de estudantes, quantos participaram ou não participaram, a forma de participação (se criou nova publicação no fórum ou apenas respondeu), a qualidade da participação, o número de interações e observações sobre eventuais plágios.

Nas turmas de Antropologia Jurídica e Sociologia Jurídica, houve uma participação nas atividades assíncronas abaixo do esperado em relação à totalidade de alunos. Poucos desenvolveram trabalhos qualificados, isto é, criar postagens que fomentem a participação de outros estudantes e participar das discussões criadas por seus colegas. Pôde-se observar que a participação nas atividades síncronas obteve menos engajamento que nas atividades assíncronas. Isso porque a participação dos estudantes se deu de maneira burocrática, ou seja, comparecer ao

encontro e escutar a explicação do conteúdo. Os estudantes, em geral, se mantinham em silêncio e, quando se manifestavam, utilizavam o “chat”, sendo raras as participações feitas através das ferramentas de áudio e vídeo. Alguns alunos apresentavam suas dúvidas, porém a maioria usava o espaço para tecer pequenos comentários sobre o conteúdo ou para trazer relatos de experiências pessoais.

A presença no horário reservado para monitoria foi a pior em termos de participação, pois os alunos não compareceram ao e-Aula no horário estabelecido. Entretanto, isso não significa que não fizessem bom uso do projeto de monitoria, já que comunicavam-se com as monitoras em horários dispersos, através de outros meios de comunicação. O assunto das dúvidas raramente se deu sobre os conteúdos ministrados, mas sim sobre o sistema on-line, prazos de envio de tarefas, organização das atividades e avaliações, etc.

Através do estudo das tabelas de avaliação e folhas de notas finais, foram identificadas no turno da manhã, sete desistências e uma reprovação, tanto em Antropologia Jurídica, como em Sociologia Jurídica, em turmas com 62 alunos. Já no turno da noite, foram identificadas vinte desistências e duas reprovações em Antropologia Jurídica e, em Sociologia Jurídica, dezoito desistências e três reprovações, em turmas de 68 e 63 alunos respectivamente. Entre os desistentes há várias situações distintas, como as/os estudantes que fizeram o reaproveitamento da disciplina mas permanecem no curso de Direito, as/os estudantes que mudaram de curso mas permanecem na UFPel, as/os estudantes que mudaram de Universidade mas permanecem no Ensino Superior, as/os estudantes evadidos, que abandonaram o Ensino Superior e as/os estudantes que deixaram de realizar uma das avaliações e optaram por não realizar o exame final.

A baixa participação dos estudantes pode ser entendida como decorrente da dificuldade em estabelecer um novo modelo de ensino, no qual os estudantes devem assumir um papel mais ativo na construção dos seus aprendizados. Há uma dificuldade em romper com o modelo de ensino da Educação Bancária, segundo Paulo Freire, nesse modelo *“em lugar de comunicar-se, o educador faz ‘comunicados’ e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem”* (FREIRE, 1987). Os estudantes demonstram certa objeção quando apresentados a um modelo como o da sala de aula invertida, onde a participação é constantemente estimulada e existe um diálogo ativo entre educadores e educandos. Tais dinâmicas não são simples e exigem que pessoas treinadas apenas a escutar, tornem-se artífices de seus próprios conhecimentos.

Em se tratando do Ensino Superior, a pandemia do SARS-Cov2 apenas escancarou as desigualdades já enfrentadas pelo sistema de ensino brasileiro. No início da pandemia, o MEC criou o Comitê Operativo de Emergência do Ministério da Educação. Este comitê, através de diversas portarias, autorizou a substituição de aulas presenciais por aulas em meios digitais, e também a flexibilização dos dias letivos, desde que mantida a carga horária mínima de cada curso. As dificuldades apresentadas pelos alunos são, muitas vezes, reflexo da desigualdade social, visto que muitos estudantes não possuem acesso à internet ou uma boa conexão, e outros conciliam as atividades com amplas jornadas de trabalho. Por se tratar de uma medida emergencial, pode-se dizer que não houve tempo para um planejamento exaustivo e apesar do esforço de todos (discentes, docentes e Universidade) para que o modelo digital de aprendizado fosse bem-sucedido, é nítido que alguns encontraram maior dificuldade de adaptação.

4. CONCLUSÕES

Diante do exposto, pode-se afirmar que durante o ano letivo de 2020, nas disciplinas de Antropologia Jurídica e Sociologia Jurídica, o projeto de monitoria contribuiu substancialmente para a formação integrada dos estudantes, servindo como instrumento para a melhoria do ensino-aprendizagem, através do desenvolvimento de novas práticas pedagógicas, para o acolhimento, orientação e adaptação dos calouros, sempre buscando promover uma maior cooperação entre discentes e docente. Através da relação entre o grupo de monitoria e os estudantes foi possível desenvolver um espaço facilitador para a comunicação entre os discentes e a professora.

Além disso, o projeto de monitoria ofereceu essencial apoio no monitoramento da situação dos discentes, em especial quanto à participação nas atividades assíncronas e a problemática das desistências. Por fim, é importante ressaltar o aspecto de ganho intelectual das monitoras e a grande contribuição do projeto de monitoria para a formação acadêmico-profissional das mesmas. Além do suporte oferecido aos discentes-monitorados, verificou-se uma troca significativa de conhecimentos e experiências, entre o professor orientador, os estudantes e as monitoras.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**, 17ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUSSO, Helder et al. Ensino superior em tempos de pandemia: diretrizes à gestão universitária. **Revista Educ. Soc.**, Campinas, v. 41, e238957, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/pBY83877ZkLxLM84gtk4r3f/?lang=pt> (Acesso em: 30/07/2021).

BRASIL; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria N° 329 de 11 de março de 2020**. Brasília: Diário Oficial da União, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-329-de-11-de-marco-de-2020-247539570> (Acesso em: 30/07/2021).

BRASIL; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria N° 343 de 17 de março de 2020**. Brasília: Diário Oficial da União, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376> (Acesso em 30/07/2021).

OLIVEIRA, Caroline. Com aulas remotas, pandemia escancara desigualdade no acesso à educação de qualidade. **Brasil de Fato**, São Paulo, SP. (Entrevista). Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/04/com-aulas-remotas-pandemia-escancara-desigualdade-no-acesso-a-educacao-de-qualidade> (Acesso em 29/07/2021).

RODRIGUES, Alessandra. Ensino remoto na Educação Superior: desafios e conquistas em tempos de pandemia. **SBC Horizontes**, jun. 2020. ISSN 2175-9235. Disponível em: <http://horizontes.sbc.org.br/index.php/2020/06/17/ensino-remota-na-educacao-superior/> (Acesso em 23/07/2021).